



ACÓRDÃO Nº 529/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11509/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Guajará.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Marcus Antonio Batista Martins (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3086/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Guajará. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Marcus Antonio Batista Martins**, responsável pela Câmara Municipal de Guajará, no curso do exercício 2017;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Marcus Antonio Batista Martins**, no valor de **R\$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



ACÓRDÃO Nº 529/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Marcus Antonio Batista Martins** no valor de **R\$ 14.810,50** (quatorze mil, oitocentos e dez reais, e cinquenta centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão da Câmara Municipal de Guajará, em razão da ausência de comprovação da realização do serviço;
- 10.4. Determinar** ao Gestor que atente para o prazo previsto no art. 3º. da Res. nº. 05/90 c/c art. 185, §2º., III, alínea “a”, da Res. nº. 04/2002;
- 10.5. Determinar** à próxima comissão de inspeção que:
- 10.5.1. Tome conhecimento sobre a adequação do controle interno do órgão às determinações legais, conforme LC nº. 101 e Res. 09/2016-TCE/AM;
- 10.5.2. Verifique o atendimento da limitação prevista nos arts. 29, VI e VII, e 29- A e parágrafo único da CRFB/88;
- 10.6. Notificar o Sr. Marcus Antonio Batista Martins**, para que tome conhecimento da decisão.
- 11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 3 de Julho de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral